

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

**Demonstrações
contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018**
Com Relatório dos Auditores
Independentes

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a STC - Sistema de



Transmissão Catarinense S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 28 de março de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Fabian Junqueira Sousa
Contador CRC 1SP235639/O-0

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo			
<u>Ativo Circulante</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.1	6.676	17.840
Concessionárias e Permissionárias	4	4.935	5.163
Serviços em Curso		991	884
Tributos Compensáveis		71	57
Despesas Pagas Antecipadamente		2	5
Outros Ativos Circulantes		375	688
<u>Ativo Não Circulante</u>			
Concessionárias e Permissionárias	4	320	299
Tributos Compensáveis		199	199
Depósitos Judiciais e Cauções		5	4
Outros Ativos Não Circulantes		758	620
Imobilizado	5.1	180.652	186.825
Intangível	5.2	2.862	2.921
Total do Ativo		<u>197.846</u>	<u>215.505</u>
Passivo			
<u>Passivo Circulante</u>			
Fornecedores		1.282	1.413
Obrigações Sociais e Trabalhistas		504	419
Tributos		1.196	1.399
Encargos Setoriais		1.758	1.955
Outros Passivos Circulantes		2.110	1.162
<u>Passivo Não Circulante</u>			
Tributos Diferidos		155	401
Outros Passivos Não Circulantes		36.101	37.281
Total do Passivo		<u>43.106</u>	<u>44.030</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	7.1	194.416	214.416
Reservas de Lucros	7.2	(39.676)	(42.941)
Total do Patrimônio Líquido		<u>154.740</u>	<u>171.475</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>197.846</u>	<u>215.505</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstração do Resultado

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	8	48.211	47.216
(-) Parcela Variável	8	(1.140)	(78)
Tributos			
PIS-PASEP		(306)	(306)
Cofins		(1.412)	(1.414)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(430)	(438)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.224)	(1.226)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(188)	(189)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		43.511	43.565
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		43.511	43.565
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	9	(2.532)	(2.377)
Material		(167)	(259)
Serviços de Terceiros		(1.295)	(1.612)
Arrendamento e Aluguéis		(121)	(126)
Seguros		(24)	(30)
Doações, Contribuições e Subvenções		(2)	(2)
Provisões		-	(185)
Tributos		(49)	(40)
Depreciação e Amortização		(5.920)	(7.055)
Outras Despesas Operacionais		(48)	-
Resultado da Atividade		33.353	31.879
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(163)	(87)
Receitas Financeiras		1.038	1.178
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		34.228	32.970
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(1.385)	(1.866)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		32.843	31.104
Operações Descontinuadas			
Resultado Líquido do Exercício		32.843	31.104
Atribuível Aos:			
Acionistas Controladores		32.843	31.104
Lucro Por Ação			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,155652	0,147410
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,155652	0,147410
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade			
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,155652	0,147410
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,155652	0,147410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Resultado do Exercício	32.843	31.104
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>32.843</u>	<u>31.104</u>
Atribuível Aos:		
Acionistas Controladores	32.843	31.104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	214.416	(42.280)	-	172.136
Dividendos Adicionais Aprovados	-	(15.686)	-	(15.686)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	-	-	31.104	31.104
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	1.650	(1.650)	-
Dividendos	-	(526)	(15.553)	(16.079)
Dividendos Adicionais Propostos	-	13.901	(13.901)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	214.416	(42.941)	-	171.475
Dividendos Adicionais Aprovados	-	(15.276)	-	(15.276)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	-	-	32.843	32.843
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Dividendos	-	(913)	(13.389)	(14.302)
Reserva para Investimentos	-	19.454	(19.454)	-
Redução de Capital	(20.000)	-	-	(20.000)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	194.416	(39.676)	-	154.740

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Exercício		32.843	31.104
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa			
Amortização		68	69
Depreciação		5.852	6.986
Imposto de Renda e Contribuição Social		1.385	1.866
Juros e Variações Monetárias		36	79
Outros		1.064	1.062
		41.248	41.166
Redução (Aumento) de Ativos			
Concessionários		207	(122)
Depósitos Vinculados a Litígios		(1)	(3)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(405)	36
Tributos Compensáveis		2	4.446
Outros		70	584
		(127)	4.941
Aumento (Redução) de Passivos			
Encargos Setoriais		(233)	268
Fornecedores Setoriais		(131)	(2.332)
Provisão para compensação ambiental		(30)	-
Salários e Encargos Sociais		85	(56)
Tributos e Contribuição Social		11	(427)
Outros		(199)	(738)
		(497)	(3.285)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(1.458)	(1.401)
		39.166	41.421
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Imobilizado	5.1	(743)	(4.663)
Intangível	5.2	(9)	(4)
		(752)	(4.667)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos		(29.578)	(31.765)
Integralização de Capital		(20.000)	-
		(49.578)	(31.765)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(11.164)	4.989
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício		17.840	12.851
No fim do exercício		6.676	17.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (a “Companhia” ou “STC”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis

Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 12, para melhor entendimento do leitor.

3 Sumário das Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas nas páginas 12 a 16, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

- **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa são classificados em “valor justo por meio do resultado”, enquanto as concessionárias e permissionárias do ativo financeiro são classificadas como “Ativo financeiro pelo custo amortizado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

- **Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

- **Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhum ativo qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são

apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.
- **Passivos financeiros:** A Companhia classifica fornecedores como outros passivos financeiros, sendo estes reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.
- **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
- **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.
- **Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Tributação

Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%;

Imposto de renda e contribuição social:

- **Correntes**
O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro presumido.

- **Diferidos**

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

- **Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.
- **Receita anual permitida (RAP):** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.
- **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.
- **Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES					TOTAL 2018	TOTAL 2017
	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA					
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	4.935	27	1	54	238	5.255	5.462
TOTAL	4.935	27	1	54	238	5.255	5.462

5 Imobilizado

5.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Transmissão	234.743	-	-	488	235.231	488	(61.666)	173.565	179.991
Terrenos	214	-	-	-	214	-	-	214	214
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.002	-	-	-	1.002	-	(324)	678	712
Máquinas e Equipamentos	233.086	-	-	-	233.086	-	(60.930)	172.156	178.996
Veículos	403	-	-	488	891	488	(387)	504	54
Móveis e Utensílios	38	-	-	-	38	-	(25)	13	15
Administração	15	-	-	-	15	-	(15)	-	2
Máquinas e Equipamentos	15	-	-	-	15	-	(15)	-	2
Subtotal	234.758	-	-	488	235.246	488	(61.681)	173.565	179.993
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Transmissão	6.830	740	-	(488)	7.082	252	-	7.082	6.830
Máquinas e Equipamentos	2.474	207	-	-	2.681	207	-	2.681	2.474
Outros	4.356	533	-	(488)	4.401	45	-	4.401	4.356
Administração	2	3	-	-	5	3	-	5	2
Máquinas e Equipamentos	2	3	-	-	5	3	-	5	2
Subtotal	6.832	743	-	(488)	7.087	255	-	7.087	6.832
Total do Ativo Imobilizado	241.590	743	-	-	242.333	743	(61.681)	180.652	186.825

5.2 A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	2.681	-	-	-	2.681	-	(60)	2.621	2.651
Servidões	2.531	-	-	-	2.531	-	-	2.531	2.531
Softwares	150	-	-	-	150	-	(60)	90	120
Administração	189	-	-	-	189	-	(162)	27	65
Softwares	125	-	-	-	125	-	(98)	27	52
Outros	64	-	-	-	64	-	(64)	-	13
Subtotal	2.870	-	-	-	2.870	-	(222)	2.648	2.716
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão	200	-	-	-	200	-	-	200	200
Servidões	200	-	-	-	200	-	-	200	200
Administração	5	9	-	-	14	9	-	14	5
Softwares	5	9	-	-	14	9	-	14	5
Subtotal	205	9	-	-	214	9	-	214	205
Total do Ativo Intangível	3.075	9	-	-	3.084	9	(222)	2.862	2.921

5.3 As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018			2017
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	2,94%	235.231	(61.666)	173.565	179.991
Custo Histórico	2,94%	235.231	(61.666)	173.565	179.991
Administração	19,54%	15	(15)	-	2
Custo Histórico	19,54%	15	(15)	-	2
		235.246	(61.681)	173.565	179.993
Em curso					
Transmissão	-	7.082	-	7.082	6.830
Administração	-	5	-	5	2
		7.087	-	7.087	6.832
		242.333	(61.681)	180.652	186.825

5.4 A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Total
Máquinas e Equipamentos	211	211
Móveis e Utensílios	1	1
A Ratear	2	2
Material em Depósito	41	41
Outros	488	488
Total das Adições	743	743

5.5 As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

5.6 As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado e intangível em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	em R\$ mil
1. VEÍCULO	488

6 Ativos financeiros

6.1 Abertura dos Ativos Financeiros - R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Saldo Total
9	Ativos Financeiros	6.676	6.676
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	6.676	6.676
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	82	82
9.1.3	Aplic. Financ. Fundos DI	6.594	6.594

7 Patrimônio Líquido

7.1 Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 194.416, representado por 211.003.246 ações ordinárias, sem valor nominal.

Acionistas	Número de ações em milhares			
	Ordinárias	%	Total	%
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	129.872	61,55	129.872	61,55
Alupar Investimento S.A.	42.201	20,00	42.201	20,00
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	38.930	18,45	38.930	18,45
	211.003	100,00	211.003	100,00

7.2 Reservas de lucros

	31/12/2018	31/12/2017
Reservas de lucros		
Reserva legal	10.318	10.318
Outras	(49.994)	(53.259)
	(39.676)	(42.941)

- **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.
- **Outras:** Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida.

8 Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	R\$ Mil	
	31/12/2018	31/12/2017
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	47.071	47.138
Total	47.071	47.138

9 Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	2.490	2.338
Remuneração	1.386	1.351
Encargos	484	479
Previdência privada	11	9
Assistência médica	185	180
Despesas rescisórias	-	8
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	242	125
Outros	182	186
Administradores	42	39
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	28	26
Benefícios dos administradores	14	13
Total	2.532	2.377

10 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	31/12/2018		31/12/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional ajustada	47.007	47.007	47.138	47.138
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	3.761	5.641	3.771	5.657
Receitas financeiras	1.038	1.038	1.178	1.178
Base de cálculo	4.799	6.679	4.949	6.835
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15 % e 10%	9%	15 % e 10%	9%
	1.176	601	1.213	615
IRPJ e CSLL exercícios anteriores	(391)	-	38	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	784	601	1.251	615

Em 09 de janeiro de 2018, a STC obteve decisão judicial favorável garantindo o cálculo de IRPJ e CSLL com aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente.

11 Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

12 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	<u>Notas</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>
Ativo							
<u>Ativo Circulante</u>							
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.1	6.676	-	6.676	17.840	-	17.840
Concessionárias e Permissionárias	4	4.935	(4.935)	-	5.163	(5.163)	-
Serviços em Curso		991	-	991	884	-	884
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	2.923	2.923	-	50.229	50.229
Contas a Receber Ativo Contratual		-	39.158	39.158	-	-	-
Tributos Compensáveis		71	-	71	57	-	57
Despesas Pagas Antecipadamente		2	-	2	5	-	5
Outros Ativos Circulantes		375	-	375	688	-	688
<u>Ativo Não Circulante</u>							
Concessionárias e Permissionárias	4	320	(320)	-	299	(299)	-
Tributos Compensáveis		199	-	199	199	-	199
Depósitos Judiciais e Cauções		5	-	5	4	-	4
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	-	-	-	188.720	188.720
Contas a Receber Ativo Contratual		-	182.581	182.581	-	-	-
Outros Ativos Não Circulantes		758	1.216	1.974	620	1.216	1.836
Imobilizado	5.1	180.652	(180.646)	6	186.825	(186.821)	4
Intangível	5.2	2.862	(2.835)	27	2.921	(2.856)	65
Total do Ativo		197.846	37.142	234.988	215.505	45.026	260.531

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A
Demonstrações Contábeis Regulatórias
31 de dezembro de 2018

	Notas	31/12/2018			31/12/2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
<u>Passivo Circulante</u>							
Fornecedores		1.282	-	1.282	1.413	-	1.413
Obrigações Sociais e Trabalhistas		504	-	504	419	-	419
Tributos		1.196	-	1.196	1.399	-	1.399
Encargos Setoriais		1.758	-	1.758	1.955	-	1.955
Outros Passivos Circulantes		2.110	(2.012)	98	1.162	(942)	220
<u>Passivo Não Circulante</u>							
PIS e COFINS diferidos		-	8.132	8.132	-	-	-
Tributos Diferidos		155	6.861	7.016	401	7.253	7.654
Encargos regulatórios diferidos		-	6.683	6.683	-	-	-
Outros Passivos Não Circulantes		36.101	(35.902)	199	37.281	(37.082)	199
Total do Passivo		43.106	(16.238)	26.868	44.030	(30.771)	13.259
Patrimônio Líquido							
Capital Social	7.1	194.416	-	194.416	214.416	-	214.416
Reservas de Lucros	7.2	(39.676)	53.380	13.704	(42.941)	75.797	32.856
Total do Patrimônio Líquido		154.740	53.380	208.120	171.475	75.797	247.272
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		197.846	37.142	234.988	215.505	45.026	260.531

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A
Demonstrações Contábeis Regulatórias
31 de dezembro de 2018

Notas	31/12/2018			31/12/2017				
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário		
Operações em Continuidade								
Receita / Ingresso								
	Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	8	48.211	(47.293)	918	47.216	(47.216)	-
	Receita de Operação e Manutenção		-	8.681	8.681	-	5.047	5.047
	Receita de Implantação de Infraestrutura		-	-	-	-	4.483	4.483
	Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão		-	26.246	26.246	-	37.226	37.226
	(-) Parcela Variável	8	(1.140)	-	(1.140)	(78)	-	(78)
Tributos								
	PIS-PASEP		(306)	78	(228)	(306)	-	(306)
	Cofins		(1.412)	358	(1.054)	(1.414)	-	(1.414)
Encargos - Parcela "A"								
	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(430)	-	(430)	(438)	-	(438)
	Reserva Global de Reversão - RGR		(1.224)	311	(913)	(1.226)	-	(1.226)
	Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(188)	47	(141)	(189)	-	(189)
Receita Líquida / Ingresso Líquido								
			43.511	(11.572)	31.939	43.565	(460)	43.105
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis								
			43.511	(11.572)	31.939	43.565	(460)	43.105
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"								
	Pessoal e Administradores	9	(2.532)	-	(2.532)	(2.377)	-	(2.377)
	Material		(167)	(749)	(916)	(259)	(182)	(441)
	Serviços de Terceiros		(1.295)	-	(1.295)	(1.612)	-	(1.612)
	Arrendamento e Aluguéis		(121)	-	(121)	(126)	-	(126)
	Seguros		(24)	-	(24)	(30)	-	(30)
	Doações, Contribuições e Subvenções		(2)	-	(2)	(2)	-	(2)
	Provisões		-	-	-	(185)	-	(185)
	Tributos		(49)	-	(49)	(40)	-	(40)
	Depreciação e Amortização		(5.920)	5.879	(41)	(7.055)	7.013	(42)
	Outras Despesas Operacionais		(48)	-	(48)	-	-	-
	Custo de Implantação de Infraestrutura		-	-	-	-	(4.483)	(4.483)
Resultado da Atividade								
			33.353	(6.442)	26.911	31.879	1.888	33.767
Resultado Financeiro								
	Despesas Financeiras		(163)	-	(163)	(87)	-	(87)
	Receitas Financeiras		1.038	-	1.038	1.178	-	1.178
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro								
			34.228	(6.442)	27.786	32.970	1.888	34.858
	Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(1.385)	370	(1.015)	(1.866)	14	(1.852)
	Resultado Líquido das Operações em Continuidade		32.843	(6.072)	26.771	31.104	1.902	33.006
Resultado Líquido do Exercício								
Atribuível Aos:								
	Acionistas Controladores		32.843	(6.072)	26.771	31.104	1.902	33.006
Lucro Por Ação								
	Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,155652		0,126875	0,147410		0,156424
	Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,155652		0,126875	0,147410		0,156424
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade								
	Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,155652		0,126875	0,147410		0,156424
	Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,155652		0,126875	0,147410		0,156424

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

12.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para

realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Contas a receber de clientes

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Contas a receber de clientes”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Contas a receber ativo contratual

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto, que é 6,59% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Contas a receber ativo contratual”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS não cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

12.1.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do CPC 47 (IFRS 15) em 2018 (ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão em 2017), e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

12.2 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	208.120	247.272
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	(83.050)
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(75.056)	
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	21.676	7.253
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u>154.740</u>	<u>171.475</u>

12.3 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	26.771	33.006
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	(1.888)
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	6.442	
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(370)	(14)
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	<u>32.843</u>	<u>31.104</u>